

EUA acusam Brasil de violência contra índios e presos

Reuter — 25 Jan. 88

ALCIDES FERREIRA *

De Washington

Um relatório do Departamento de Estado dos EUA sobre direitos humanos em todo o mundo destaca, nas páginas referentes ao Brasil, a violência contra índios e líderes sindicais no norte e nordeste do país e a tortura de presos comuns.

"Mais índios brasileiros foram assassinados nos últimos dois anos do que em toda a década passada", diz o trabalho, atribuindo a violência principalmente aos conflitos gerados por disputa de terras. Quanto aos presos, afirma que "muitos das centenas de criminosos mortos em confronto com a polícia na verdade são assassinados depois de sua captura". Outro tema destacado diz respeito à violência contra a mulher, por parte de "maridos e amantes".

Das 1.560 páginas do relatório — exigido pela legislação dos EUA desde 1961 para ser utilizado nas deliberações do Congresso —, 14 são dedicadas ao Brasil. A liberação do texto coincide com a grande repercussão na imprensa norte-americana da morte, por asfixia, de 18 detentos no 42º Distrito Policial de São Paulo. No "New York Times", o relato das mortes mereceu ontem

Governo critica o documento

Da Sucursal de Brasília

O porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Henrique dos Santos, considerou "um despropósito" o relatório onde os EUA afirmam que o Brasil é negligente com os direitos humanos.

Segundo ele, o Departamento de Estado faz "um juízo de valor que não encontra correspondência com o enorme esforço democrático que o país empreende, especialmente durante o governo Sarney".

um quarto de página.

São Paulo

Sem fazer menção ao nome do governador Orestes Quéricia, o texto do Departamento de Estado dos EUA acusa "a atual administração do Estado em São Paulo" de ser mais conivente com abusos contra os direitos humanos "do que a

administração anterior (de Franco Montoro)".

Em São Paulo, o secretário da Segurança Pública do Estado, Luiz Antônio Fleury Filho, discordou do relatório. Segundo ele, "as más condições carcerárias vieram de governos anteriores, principalmente a questão da superlotação dos distritos policiais". Fleury disse ainda que o governo Quéricia se preocupa com os direitos humanos, "mas não somente dos presos. Acreditamos ser necessário defender principalmente os direitos humanos dos trabalhadores, que têm direito de viver em paz".

"Avanços sociais"

O trabalho do Departamento de Estado norte-americano faz referência aos "avanços sociais" da atual Constituição e a alguns novos direitos, como o habeas-data (que permite o pedido de toda a documentação sobre determinada pessoa no governo) e o mandato de injunção (através do qual o cidadão pode recorrer à Justiça para o cumprimento da Constituição). Mas diz também que estes e outros direitos previstos na nova Carta têm sido desrespeitados.

* Colaborou a Reportagem Local



Senadores norte-americanos discursam diante do Congresso, lembrando o primeiro mês da morte de Chico Mendes

Funai não tem dados

Da Sucursal de Brasília

O presidente da Funai, Iris Pedro de Oliveira, disse ontem em Brasília que não possuía dados para uma comparação entre o número de índios assassinados nos anos 70 e os casos registrados "nos últimos dois anos" — quando, de acordo com o relatório do Departamento de Estado dos EUA, foram mortos mais índios do que "em toda a década passada".

Oliveira disse que o governo do presidente José Sarney tem mobilizado "toda sua estrutura administrativa e política" para punir os responsáveis pelos assassinatos.

Ele afirmou ainda que, desde o início do atual governo, apenas três incidentes ligados à luta pela posse da terra resultaram na morte de indígenas.

Segundo ele, os responsáveis pelo massacre de quatro índios xacriabá (em fevereiro de 1987, em Minas) foram julgados e condenados. Disse também que as 12 pessoas indicia-

das pela morte ou desaparecimento de 14 ticunas (em março do ano passado, no Amazonas) deverão ser julgadas em breve — sem precisar uma data. Ainda segundo ele, o suspeito do assassinato de um índio suruí (caso registrado em outubro do ano passado, no Mato Grosso) está preso, respondendo a processo.

O presidente da Funai rejeitou a acusação de "negligência" feita ao governo pelo relatório do Departamento de Estado, afirmando que a administração Sarney foi a responsável por 130 das 250 áreas indígenas demarcadas no Brasil (existem cerca de 500 áreas no país, segundo ele).

"Na América Latina, nenhum país dispensa tamanha atenção ao índio", declarou. Ele contestou a informação de que haveria mais de 50 mil invasores no território dos ianomami (Amazonas e Roraima). Disse que são entre 15 e 20 mil e que a Funai e a PF, amparadas numa decisão judicial, já começaram a retirar esses invasores.